

Construindo as condições para a retomada do crescimento

Ministro da Fazenda
Joaquim Levy

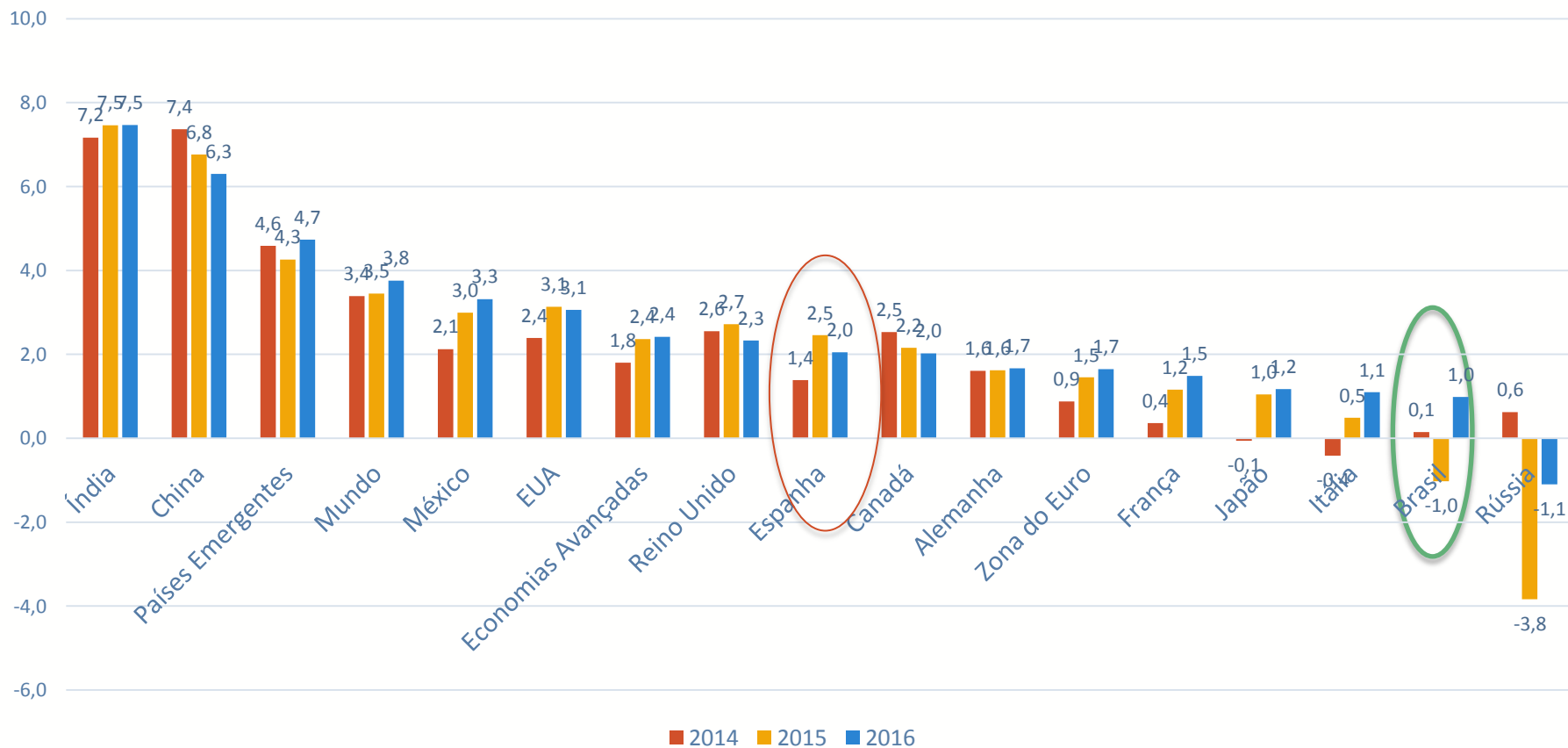
*Audiência Pública conjunta
– CFT, CDEIC e CTASP
29 de abril de 2015*

Contexto

Ministério da
Fazenda

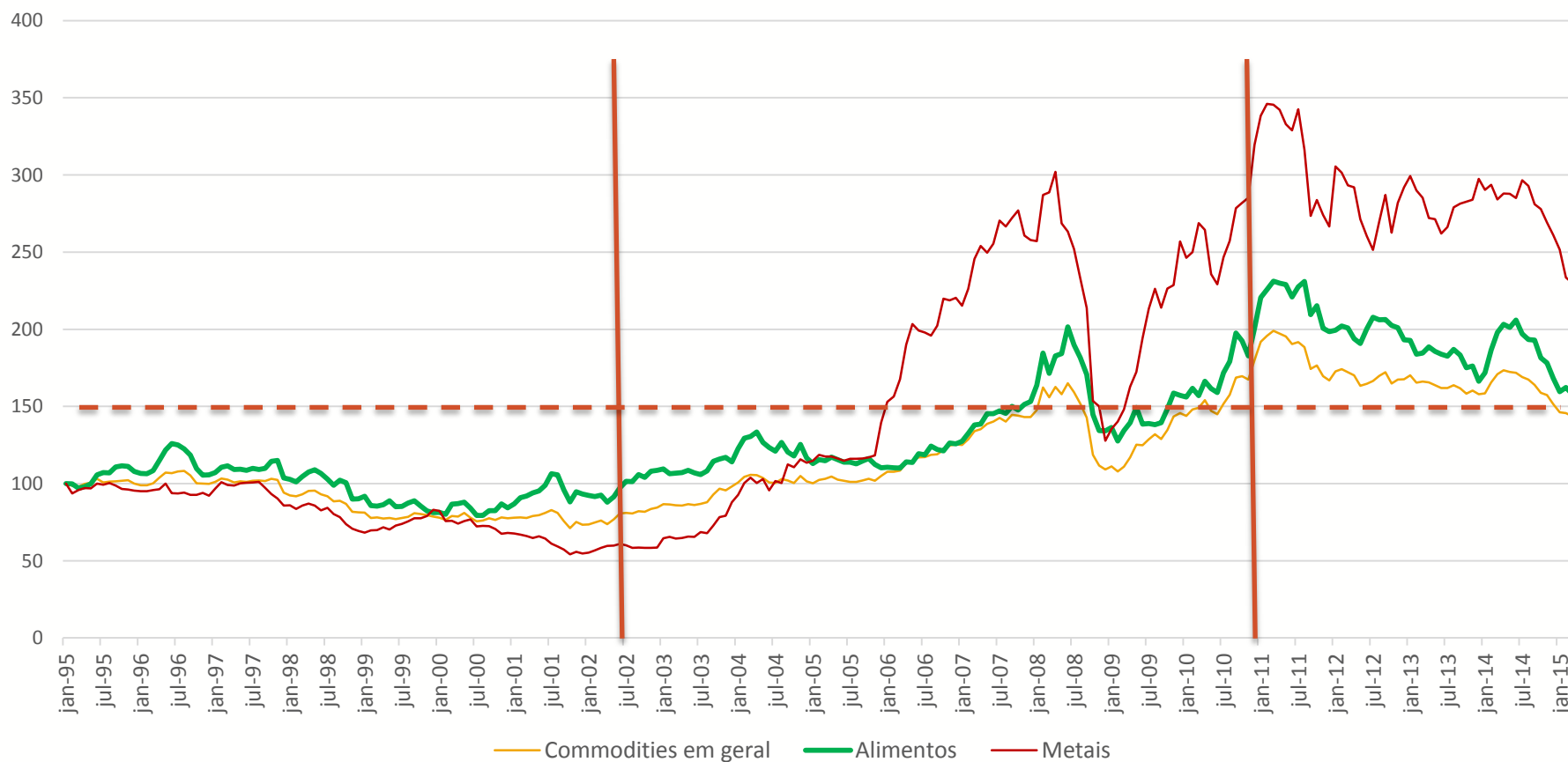
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Previsão PIB de 2015 e 2016 (FMI)



O ciclo das commodities

Índices de Commodities (CRB) (Jan/1995 = 100)



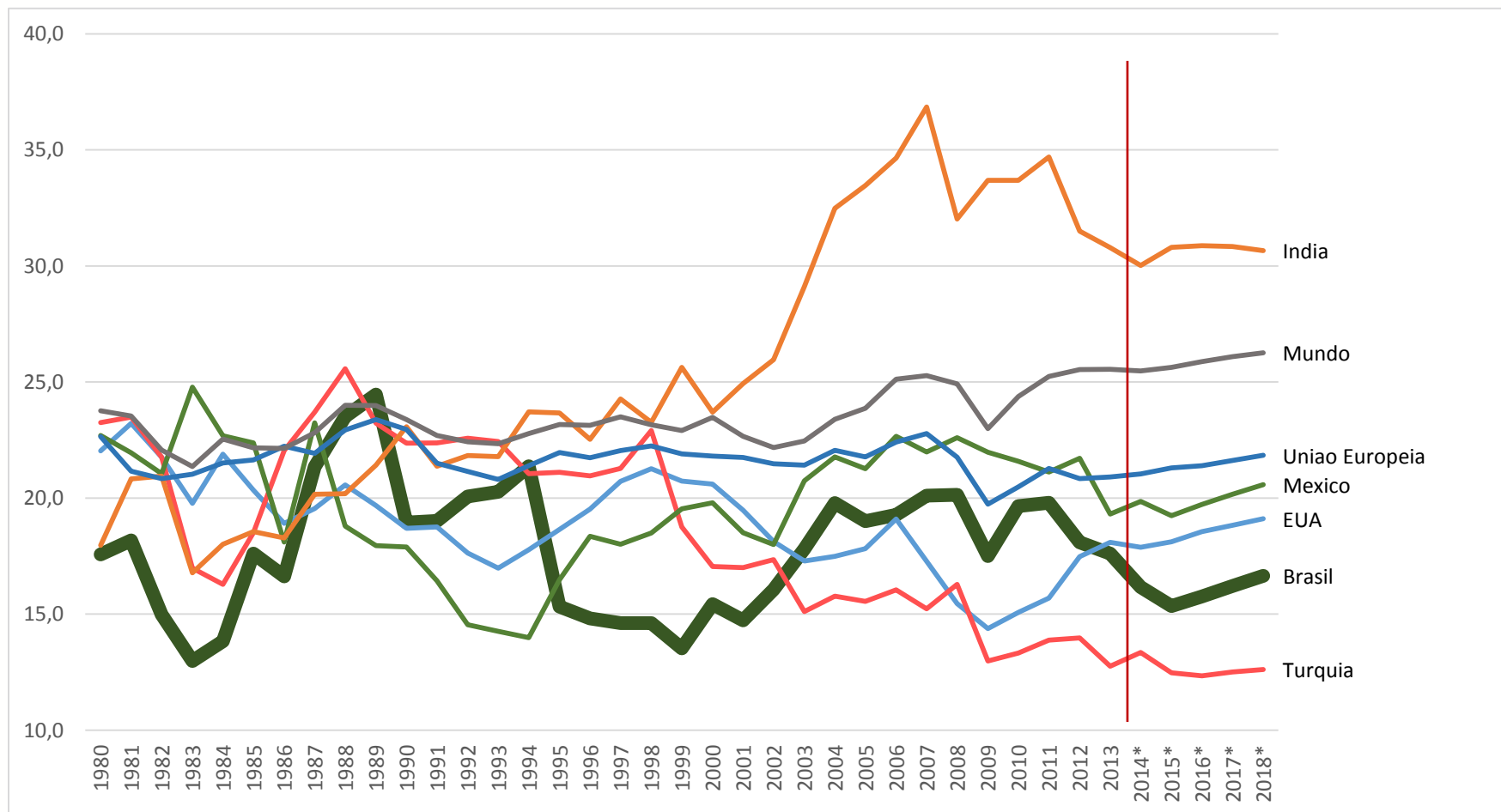
Qual o efeito imediato?



Fonte: MDIC

Elaboração: Ministério da Fazenda

Poupança Nacional Bruta - % do PIB



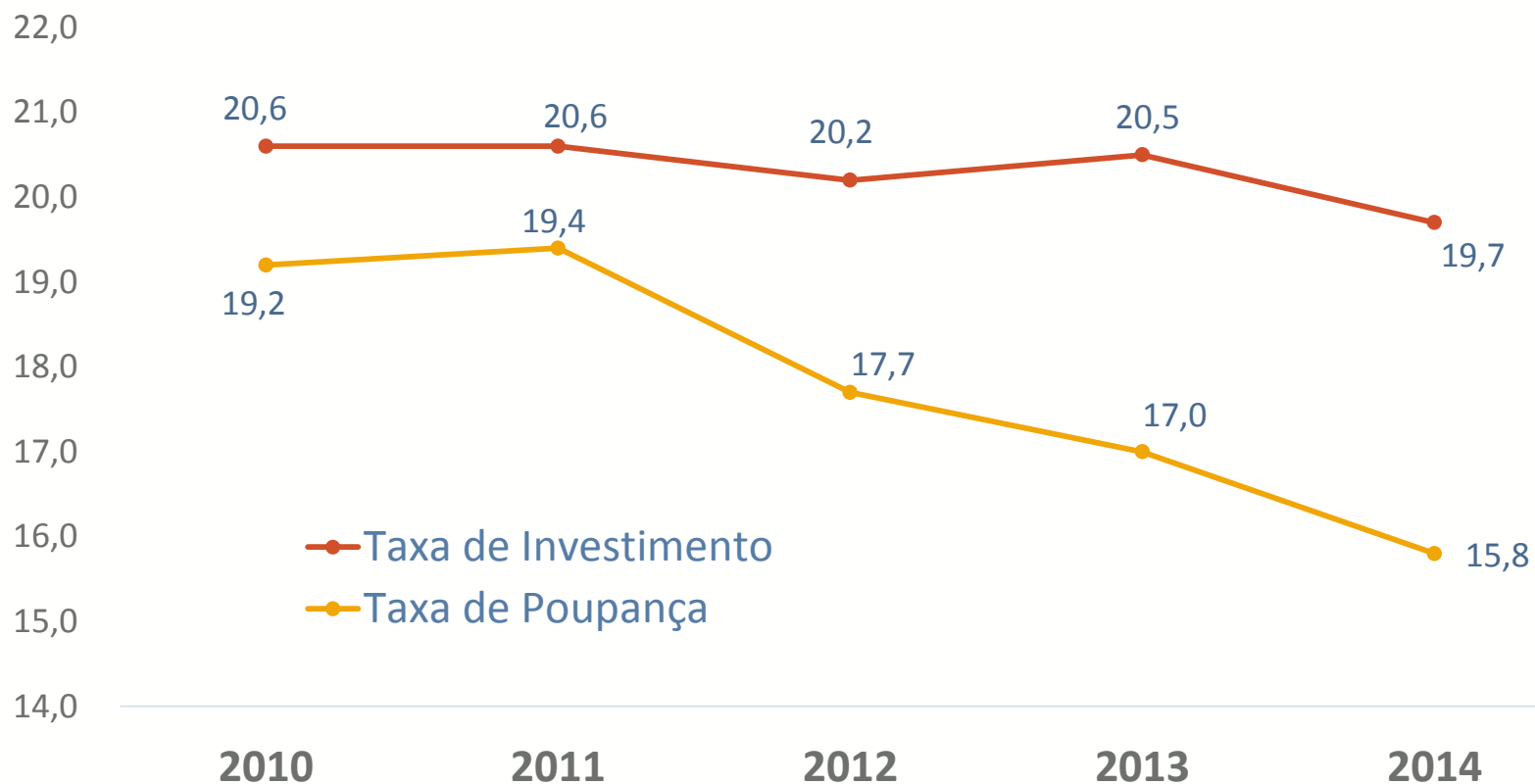
* A partir de 2014, projeções

Elaboração: Ministério da Fazenda

Fonte: FMI

Taxa de poupança e de investimentos no Brasil

Dados em % do PIB



Por que o ajuste?

Ministério da
Fazenda

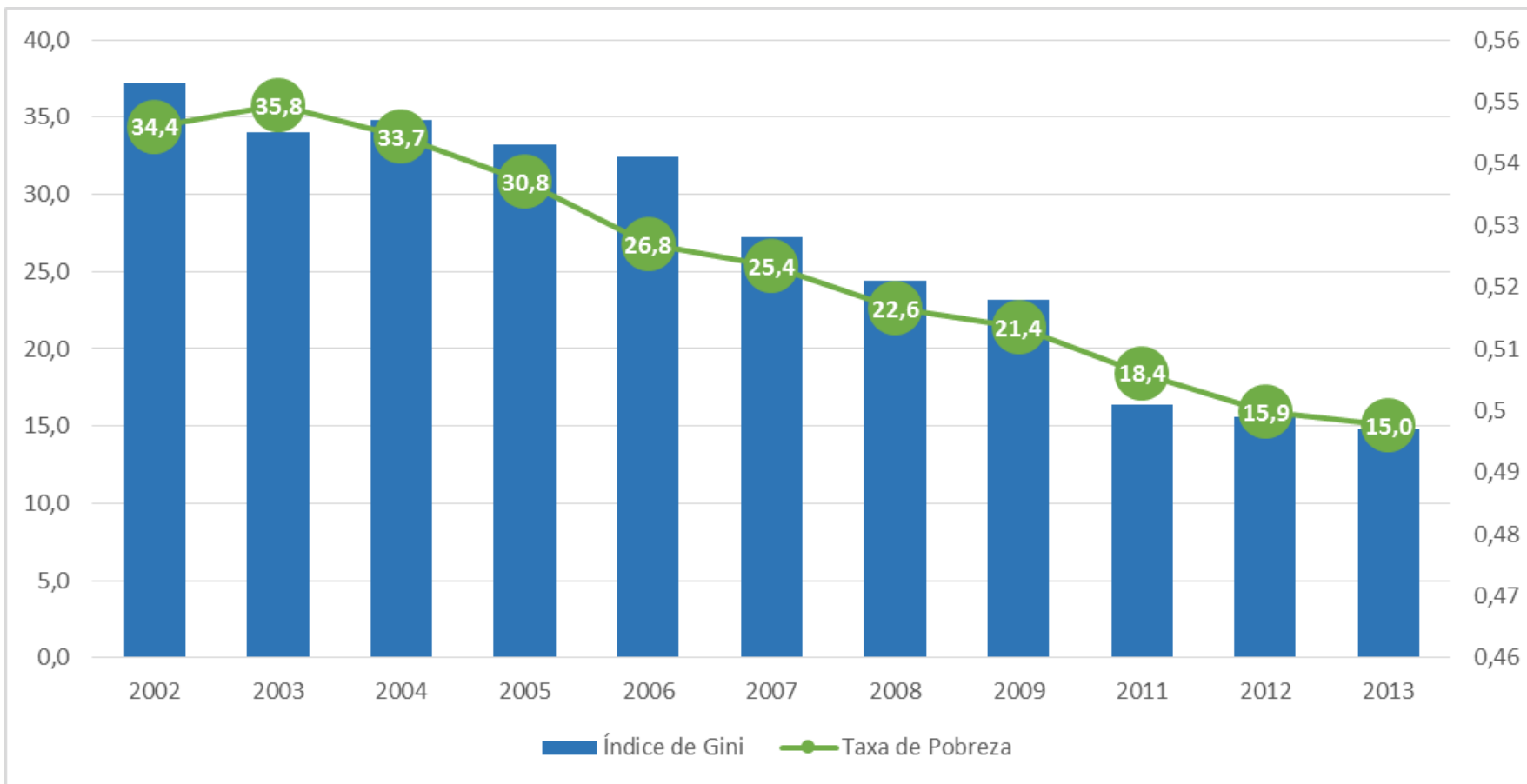


Por que o Ajuste?

- **Reverter a deterioração fiscal e das contas externas**
- **Responder** à descontinuação das políticas anti-cíclicas dos nossos principais parceiros
- **Reorientar** a economia com o fim do super ciclo das commodities
- Garantir condições de **segurança e competitividade** para nossa economia
- Proteger os **ganhos sociais**
- Fortalecer a **nova classe média com a “inclusão por oportunidades”**

Continuar melhorando a distribuição de renda

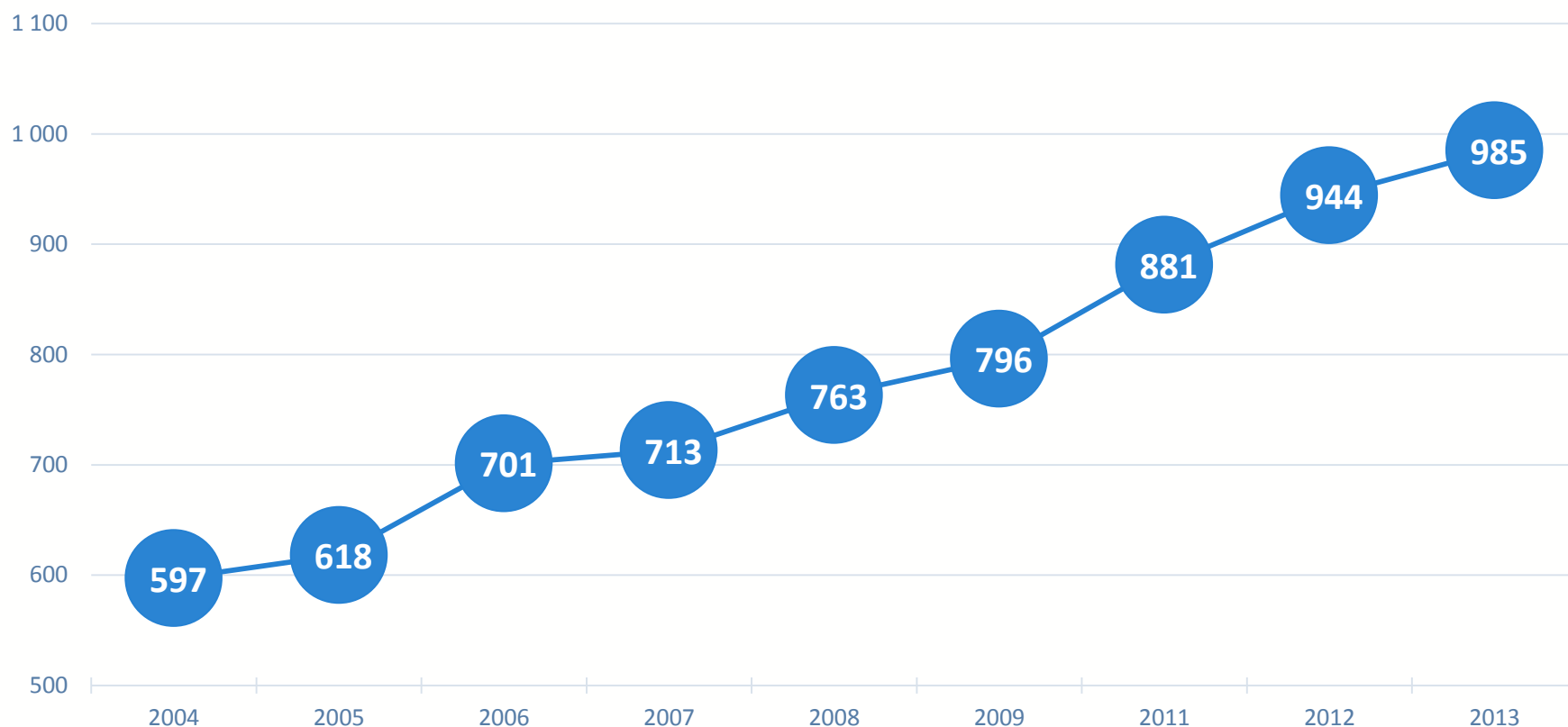
Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza (%) e índice de Gini



Fonte: IPEA e PNAD (IBGE)
Elaboração: Ministério da Fazenda

Diminuir as disparidades regionais

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade da Região Nordeste, ocupadas na semana de referência, em R\$ de 2013



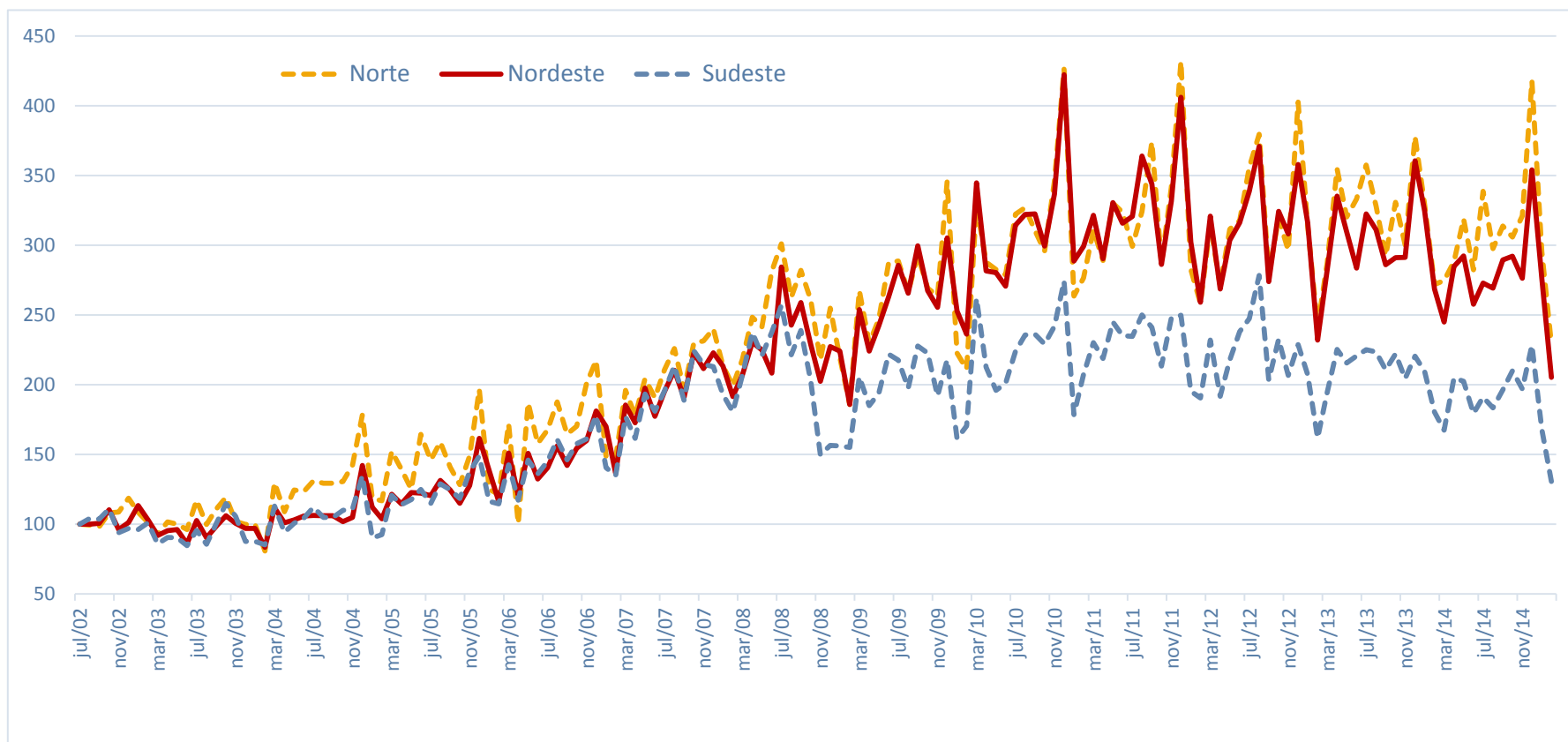
Fonte: IBGE (PNAD)

Elaboração: Ministério da Fazenda

* A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) não foi efetuada em 2010.

Distribuir o crescimento do poder aquisitivo

Licenciamento total de veículos por Região – JUL 2002 = 100



Fonte: Fenabrave

Elaboração Ministério da Fazenda

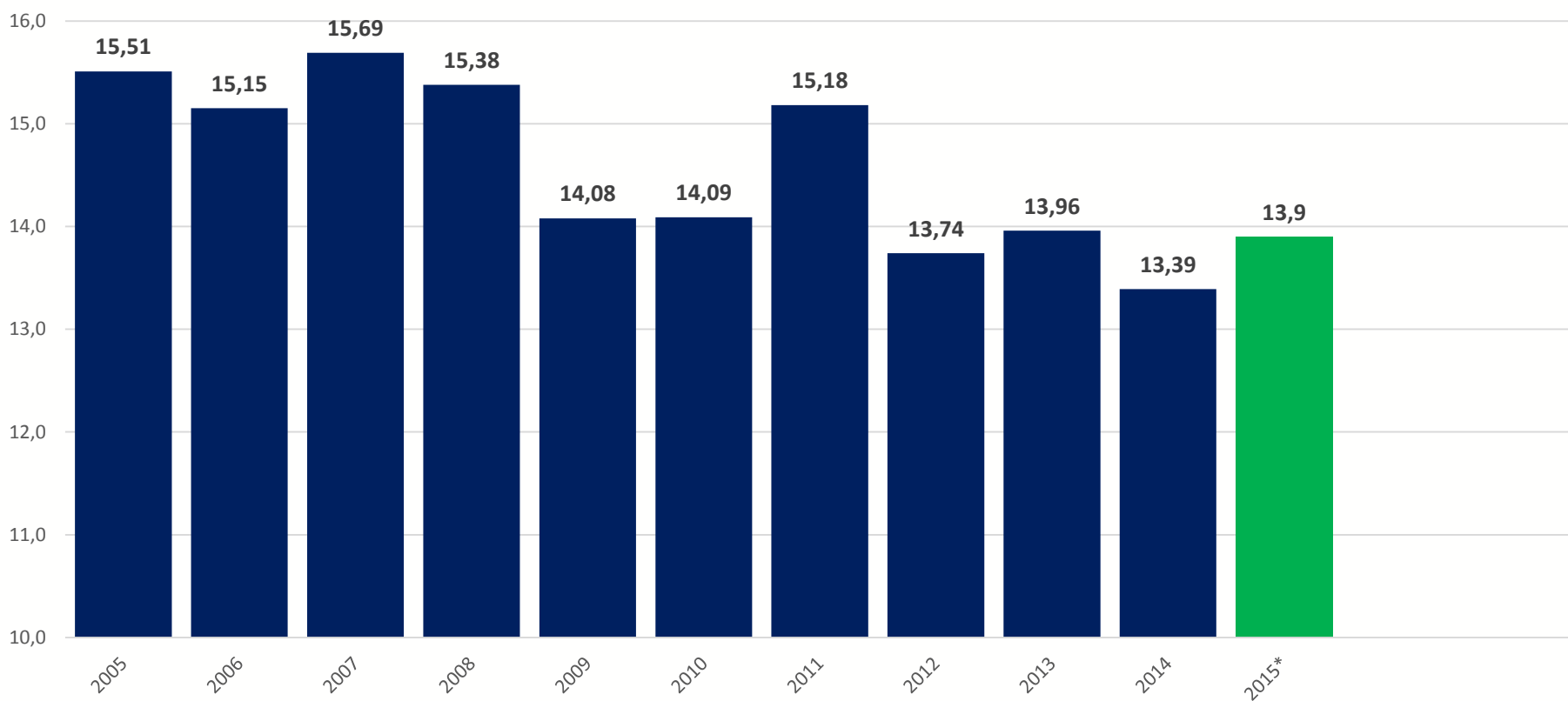
A deterioração fiscal

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

A Carga de Tributos Federais caiu significativamente

Receita líquida de restituições – participação no PIB



* exceto CPSS e previdenciária

Fonte: Receita Federal

Quanto pesam as renúncias?

Desonerações tributárias e renúncias fiscais contribuíram para o desequilíbrio fiscal

Impostos e contribuições – R\$ bi	2012	2013	2014	2015*
Folha de pagamento setores selecionados	3,7	12,3	21,9	22,4
CIDE – combustível	8,5	11,5	12,7	5,8
IPI (industrializados) – todas as categorias	9,5	11,8	10,8	7,2
Cesta Básica	1,0	6,8	9,3	10,3
“Simples” e MEI (Microempreendedor individual)	5,7	6,3	7,2	11,0
IOF	2,3	3,6	4,0	0,4
Nafta e Etanol	-	1,9	3,6	3,9
Ampliação do lucro presumido	-	1,7	1,9	2,1
Transporte público	-	0,7	1,4	1,6
Telecomunicações e smartphones	-	0,6	1,00	1,1
Outros	16,2	21,4	38,9	47,7
Total	46,9	78,6	112,7	113,5

* Projeção LOA

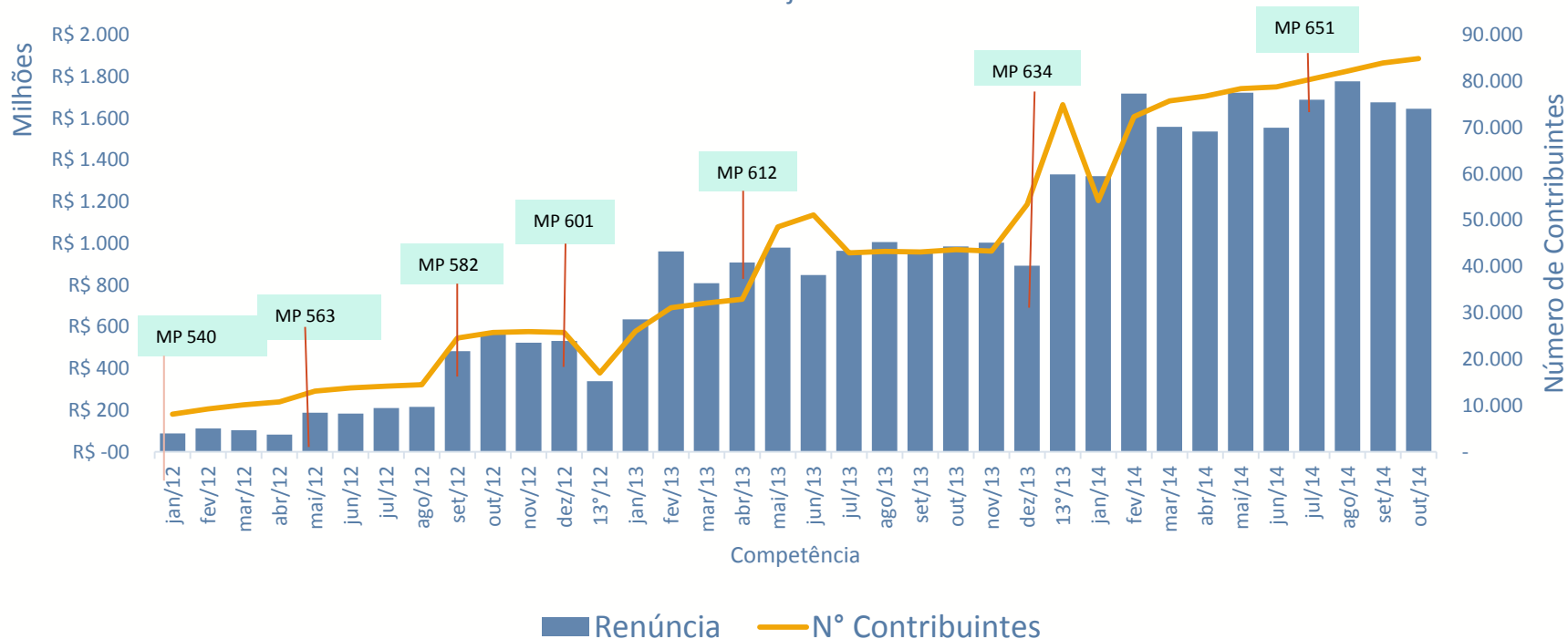
Fonte: Receita Federal.

Elaboração Ministério da Fazenda

Deterioração fiscal: Desonerações da Folha de Pagamento

Crescimento acentuado do impacto das desonerações na folha de pagamento

Evolução do Número de Contribuintes e da Renúncia da Desoneração da Folha de Pagamento de Jan de 2012 a julho de 2014.



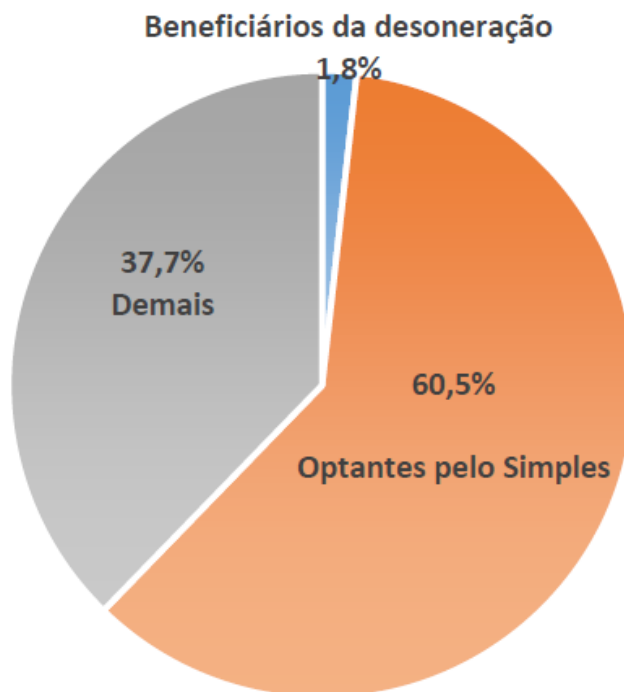
Fonte: Receita Federal

Elaboração Ministério da Fazenda

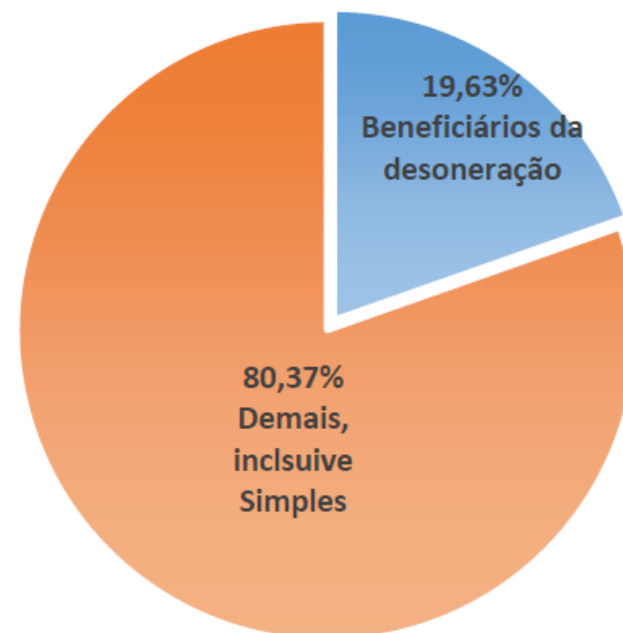
Proporção dos Contribuintes Beneficiados e sua Participação na Arrecadação total

Os beneficiados pela desoneração da folha são 1,8% do total de contribuintes, mas correspondem a 19,6% do total arrecadado. Ou seja, as desonerações beneficiaram mais as empresas de maior porte

Em número de contribuintes



Em participação na arrecadação total



Fonte: RFB

Elaboração: Ministério da Fazenda

Estimativas de desoneração da folha

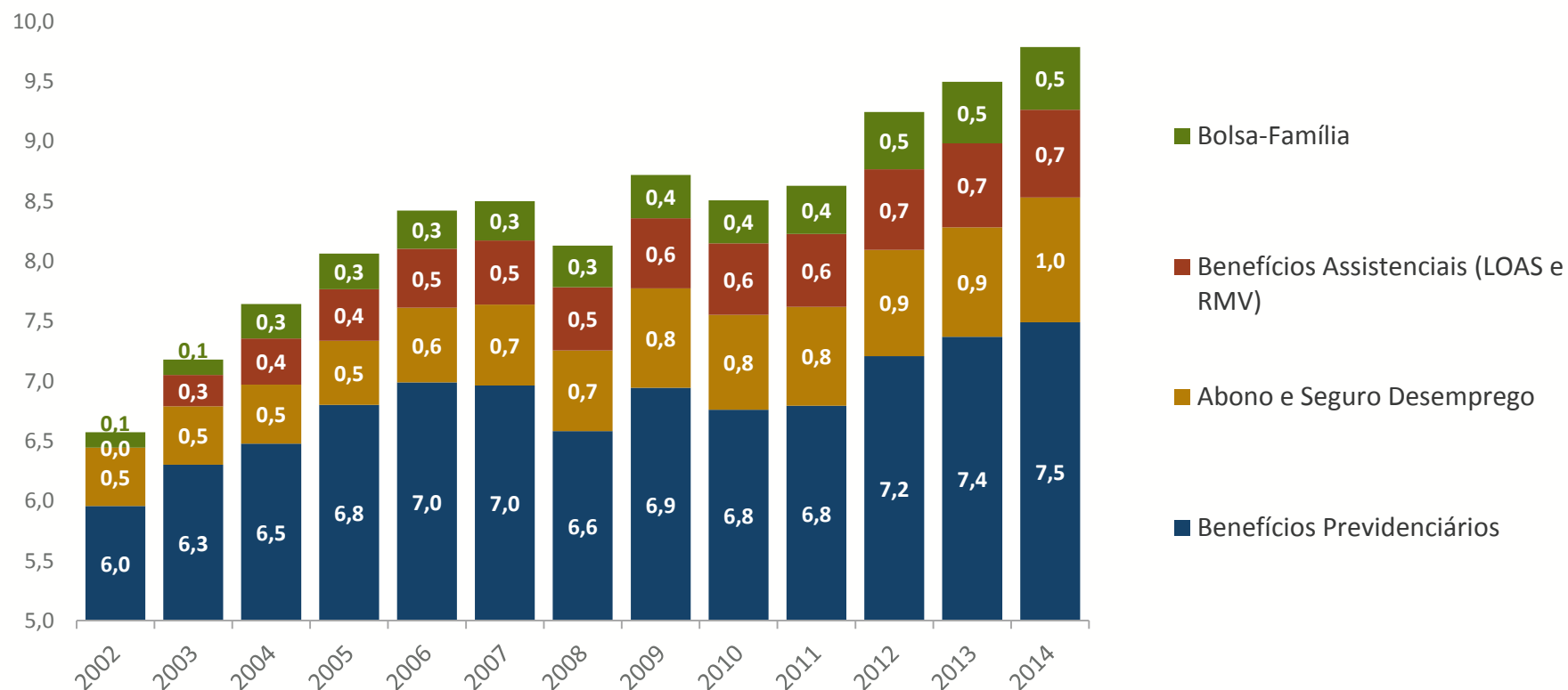
Com a aprovação do PL 863/2015, a estimativa de renúncia fiscal devida à desoneração da folha em 2015 passaria de R\$ 25,2 bilhões para R\$ 12,4 bilhões

TOTAL - ART. 7º - DARF A 2% E ART. 8º - DARF A 1% UNIDADE: R\$ MILHÕES

CNAE / ALÍQUOTA CPRB	SITUAÇÃO ORIGINAL						NOVA SISTEMÁTICA						IMPACTO FINAL (MF)	
	2,00% (Art. 7º)			1,00% (Art. 8º)			4,50% (Art. 7º)			2,50% (Art. 8º)				
	GANHADORES			PERDEDORES			GANHADORES			OPTANTES			GANHADORES	
	Quant.	Valor	Vínculos	Quant.	Valor	Vínculos	Quant.	Valor	Vínculos	Quant.	Valor	Vínculos	Quant.	Vínculos
PRIMÁRIO	293	-85,4	40.277	72	4,1	5.401	218	-48,36	22.270	147	84,09	23.408	290	27.671
INDÚSTRIA	20.723	-10.207,7	3.918.811	4.637	578,2	502.369	11.955	-4.057,87	1.954.012	13.405	7.196,84	2.467.168	16.592	2.456.381
CONSTRUÇÃO	29.817	-4.871,5	2.132.491	13.731	1.129,7	357.896	22.003	-2.647,01	1.464.584	21.545	4.072,65	1.025.803	35.734	1.822.480
COMÉRCIO	13.730	-2.000,1	1.232.816	4.388	257,7	233.880	6.993	-546,39	438.764	11.125	3.638,01	1.027.932	11.381	672.644
SERVIÇOS - DEMAIS	6.270	-2.307,7	966.812	2.339	126,6	315.098	4.484	-1.319,28	806.854	4.125	611,74	475.056	6.823	1.121.952
SERVIÇOS - TRANSPORTES	11.627	-4.199,2	2.426.194	3.684	174,9	177.241	6.145	-1.818,00	1.474.347	9.166	1.608,74	1.129.088	9.829	1.651.588
SERVIÇOS - TECNOLOGIA	7.373	-3.973,1	1.922.296	8.264	164,7	150.697	4.474	-1.930,42	1.701.794	11.163	894,55	371.199	12.738	1.852.491
TOTAL GERAL	89.833	-27.644,64	12.639.697	37.115	2.435,82	1.742.582	56.272	-12.367,34	7.862.624	70.676	18.106,62	6.519.655	93.387	9.605.206

E os gastos permanentes?

Transferências sociais - % do PIB

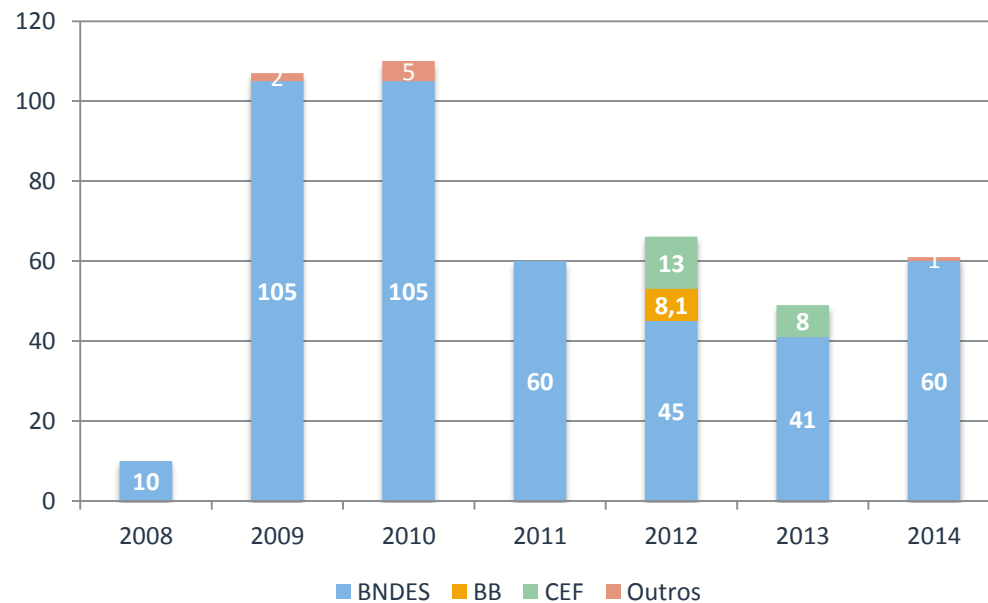


Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Ministério da Fazenda

Como financiamos os bancos públicos?

R\$ bi	BNDDES	BB, CEF, BNDDES (IHCD*)	Banco do Nordeste e BASA	Total Por ano
2008	10	0	0	10
2009	105	2	0	107
2010	105	4	1*	110
2011	60	0	0	60
2012	45	21,1 (13 CEF + 8,1 BB)	0	66
2013	26	23 (15 BNDDES* +8 CEF)	0	49
2014	60	0	1*	61
Total	411	50	2	463

Transferências do Tesouro para bancos públicos em R\$ bilhões



* Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

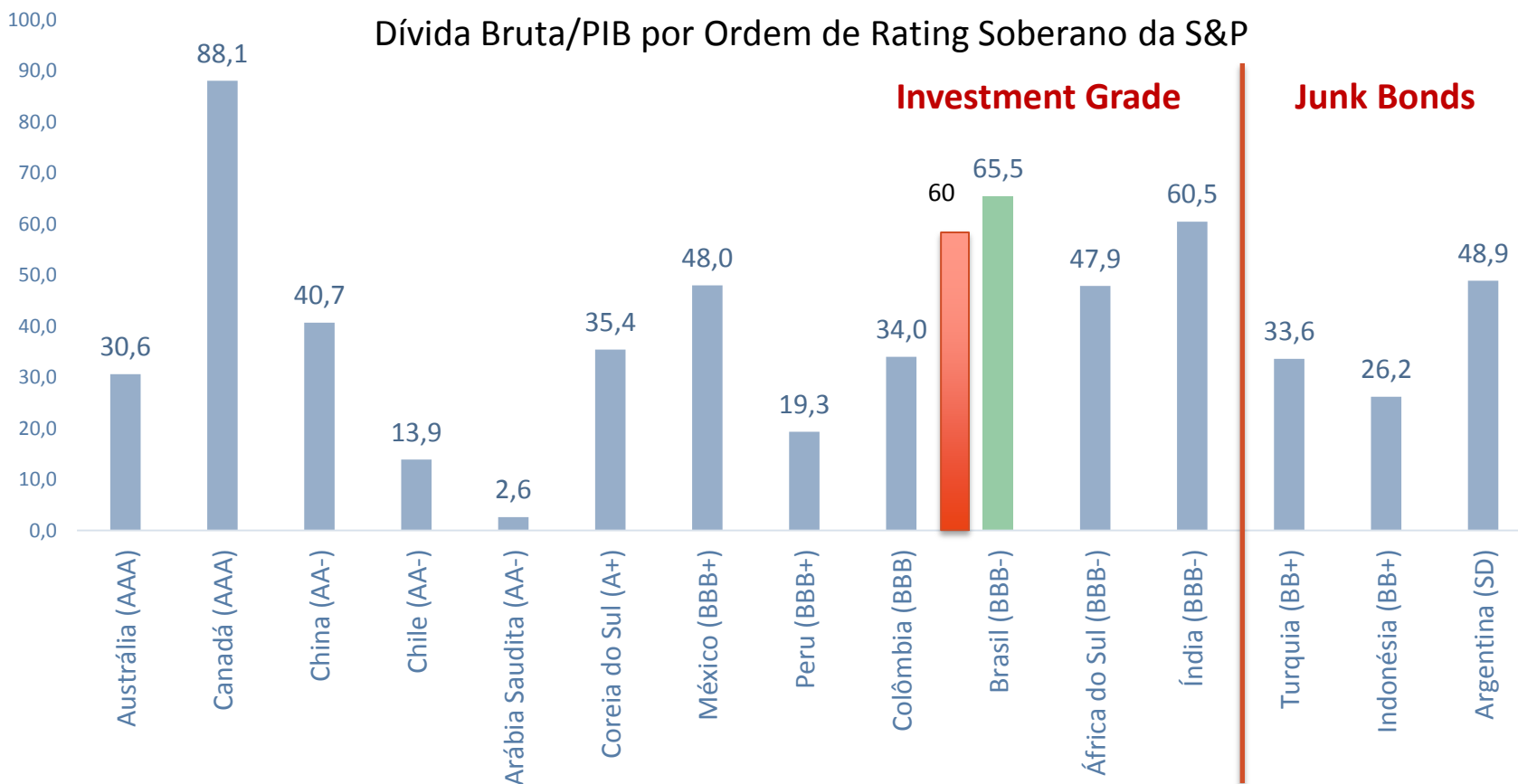
DÍVIDA PÚBLICA EM MÃOS DE ESTRANGEIROS ULTRAPASSOU R\$ 400 BILHÕES

Fonte: Tesouro Nacional

Elaboração: Ministério da Fazenda

Como está nossa dívida pública?

Brasil possui relação dívida bruta/PIB acima daquela de outros países exportadores de commodities. E possui rating de crédito* acima apenas de Índia e Turquia.

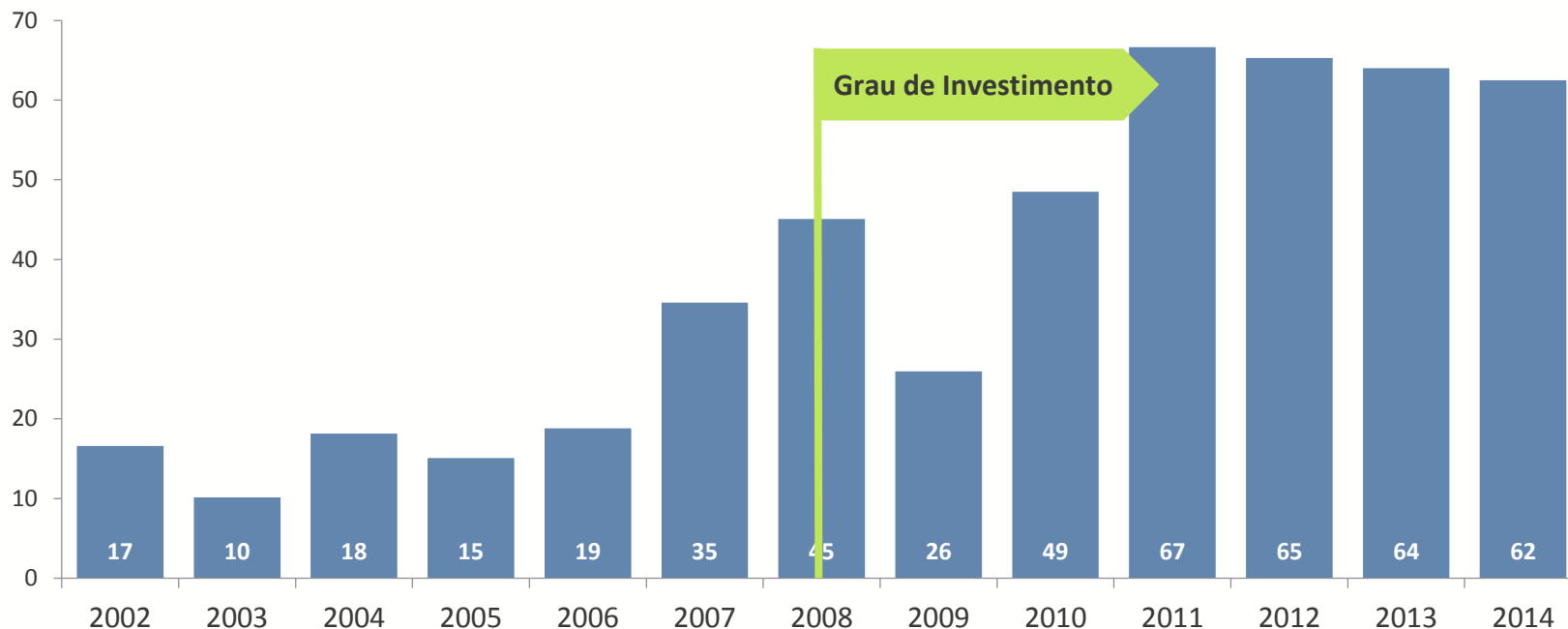


Fonte: FMI e BACEN. *Rating S&P

Elaboração: Tesouro Nacional

O que pode acontecer à nota soberana?

Investimento Estrangeiro Direto (IED) - em US\$ bilhões



* Brasil recebeu grau de investimento das agências S&P e Fitch em 2008; e da Moody's em 2009.

Fonte: BACEN

Elaboração: Ministério da Fazenda

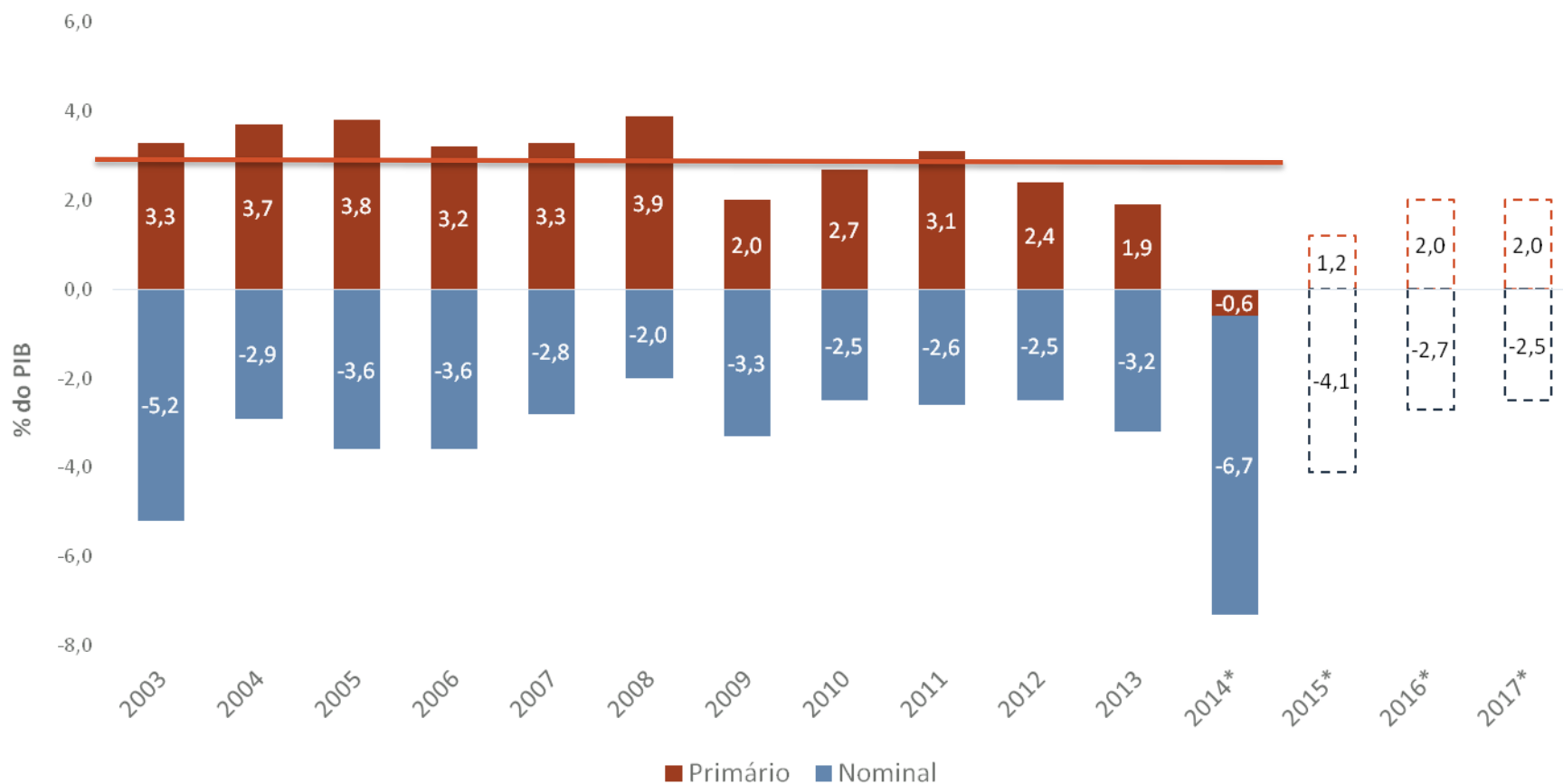
Principais Características do Ajuste

Ministério da
Fazenda



Quanto de Ajuste Fiscal?

Resultado primário e nominal do setor público não financeiro



Fonte: Banco Central e LDO (2015/17)
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ajuste Econômico - Fiscal

Ajuste nas despesas discricionárias

- Programação financeira trazendo despesas para o **nível de 2013** (decreto 1/18 do orçamento para empenho – equivalente à redução de 30% nas despesa alvo)

Melhoria da qualidade do gasto

- Criação do Grupo Técnico de Acompanhamento do Gasto (GTAG)
- Reavaliação dos Restos a Pagar

Diminuição de Renúncias e Reduções de Impostos

- **Recomposição parcial da CIDE**
- **Equalização do PIS/Cofins sobre importados (MP 668/2015)**
- Equiparação do atacadista no IPI sobre cosméticos (MP 668/2015)
- **Redução das desonerações na folha de pagamento (PL 863/2015)**
- Fixação do Reintegra em 1%
- Retorno para 3% do IOF no crédito para pessoas físicas

Nenhum
imposto
novo!!!

Ajuste Econômico - Competitividade

Realismo Tarifário

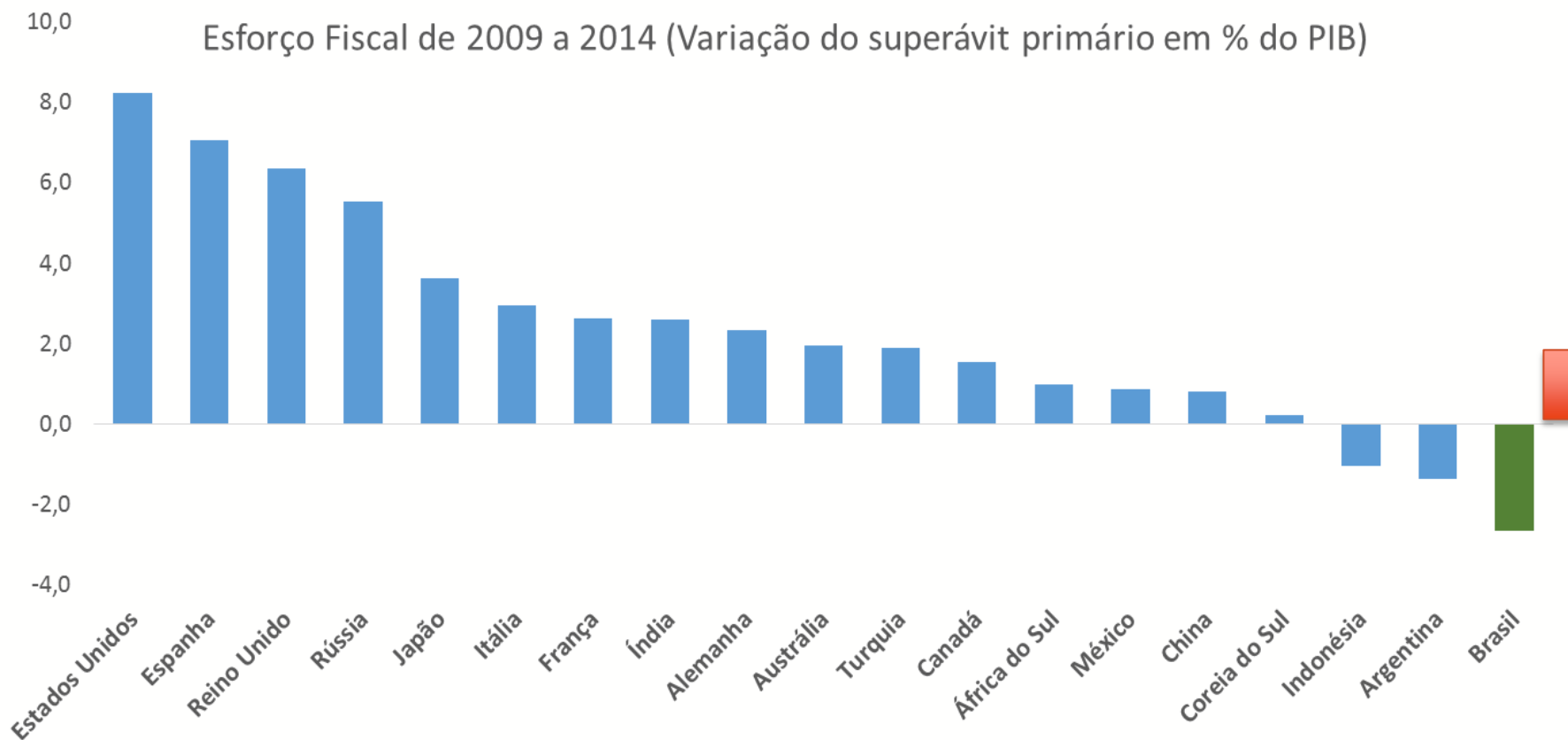
- Mudança da TJLP
- Ajuste nas taxas do PSI/BNDES
- Suspensão do repasse para a CDE e “Bandeiras”

- Maior exigência de desempenho para concessão do FIES

Ações Estruturais

- Seguro-desemprego (**MP 665/2015**): Mudança nas regras da concessão para **reduzir a rotatividade**
- Pensão por morte (**MP 664/2015**): revisão das condições de benefício para **atualizar às mudanças demográficas e sociais**
- Ajuste no benefício do defeso para **focalizar no pescador efetivo (MP 665/2015)**

Tamanho do ajuste



Fonte: FMI

Elaboração: Ministério da Fazenda

Eixos do crescimento

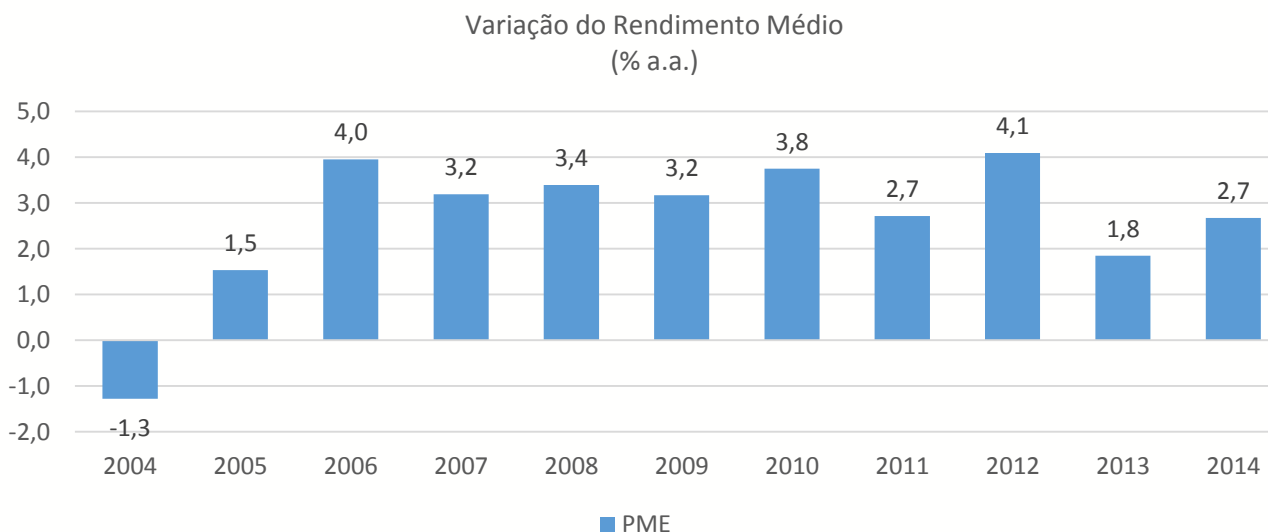
Ministério da
Fazenda



Foco na produtividade

Crescimento médio da produtividade e variação do rendimento médio

	PTF*	Produtividade do Trabalho	Produtividade do Capital
2002-2010	1,6%	1,2%	0,4%
2010-2014	0,2%	1,1%	-0,9%



* Produtividade Total dos Fatores

Fonte: PME e PNAD (IBGE)
Elaboração: Ministério da Fazenda

Eixos de crescimento

Agenda de competitividade

- Maior participação do País nos fluxos de comércio
- Facilitação de comércio (RECOF) e financiamento
- Abertura de mercados
- Educação & Inovação

Agenda Tributária e Financeira

- Reforma do PIS-COFINS
- Harmonização da Tributação da Poupança
- Apoio à reforma do ICMS
- BNDES dinamizando o mercado de capitais

Combater o patrimonialismo e fortalecer o Estado para oferecer à sociedade serviços de qualidade e zelar pela manutenção de um ambiente econômico competitivo, moldado em instituições de governança sólidas, com predomínio do mérito e da eficiência em prol de ganhos de produtividade e renda para a sociedade e a população brasileira

Eixos de crescimento - II

Infraestrutura e logística

- Ampliação da participação do setor privado
 - **CONCESSÕES** Rodoviárias – Aeroportos – Portos - Ferrovias
 - Integração Agricultura – Logística- Armazenamento
- Moldura favorável a “Project Finance”
- Renovação das concessões das distribuidoras de energia
- Compartilhamento mais eficiente de infraestruturas logísticas

Eixos de crescimento - III

Convergência Macro & Concorrência

- Equilíbrio fiscal de longo prazo, permitindo
 - Convergência da inflação para a meta de 4,5%
 - Queda da curva de juros longo
 - Alongamento dos prazos de empréstimos
 - Maior financiamento para novas empresas
- Menor concentração geográfica dos investimentos

Quais são os principais riscos?

**MANTER O
INVESTMENT
GRADE!!!**

RISCOS A SEREM EVITADOS

- NÃO PROSSEGUIRMOS NO AJUSTE FISCAL
- Criação de novas despesas sem novas receitas tributárias – Redução dos tributos sem redução de despesas permanentes
- Restrições no mercado de trabalho, que dificultem a mobilidade e a ascensão da nova classe média, ou a tomada de riscos por empreendedores e empresários
- Restrições à concorrência, ou aumento da proteção efetiva com prejuízo à eficiência e competitividade real

Sumário – Visão do crescimento

1. Disciplina nos gastos da União
2. Aprovação de medidas de ajuste fiscal (e.g., desoneração) e ajuste econômico (e.g., MP 664-665)
3. Combate à inflação e impulso ao mercado de capitais
4. **Aceleração das concessões – reforma da logística**
5. Crescimento das exportações com novos preços relativos
6. Incentivo à concorrência--novas firmas
7. **Destruar os investimentos criando novo marco tributário (ICMS + PIS-Cofins)**
→ *Mais emprego, maior renda, bem-estar social*

CARF

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Operação Zelotes

- Fruto do controle interno (Corregedoria da Fazenda) e externo independente
- Todos os apontados reponderarão a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e autos poderão ser anulados
- PF, MPF e Corregedoria MF investigam o caso

Metas para a reestruturação do CARF

1. Melhoria da gestão
2. Aumento da celeridade
3. Fortalecimento da transparência e do controle do órgão

Medidas

1. Simplificação das regras para edição de súmulas vinculantes
2. Ordenamento do trâmite do julgamento
3. Obrigatoriedade do sorteio eletrônico dos processos
4. Diminuição do número de turmas de julgamento das atuais 36 turmas, para 18
5. Redução do número de conselheiros, que passarão a incluir apenas Titulares e Suplentes
6. Dedicção exclusiva dos conselheiros integrantes da Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSRF
7. Redimensionamento do papel do Comitê de Seleção de Conselheiros

Obrigado

Ministério da
Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA